

Calmon de Sá vê boas condições para negociar

17 MAI 1984

divida externa

Heitor Tepedino

Nova Iorque — "O Brasil já está em condições de negociar um "spread" melhor do que o do México, que foi fixado em 1,5 por cento (atualmente o Brasil paga 2 por cento), mas sente-se que os grandes banqueiros estão propensos a aderir à capitalização parcial dos juros vencidos como forma de aliviar os países endividados, o que seria um processo bem mais simples para rolar a dívida". A afirmação, é do ex-ministro da Indústria e do Comércio e presidente do Grupo Econômico, Angelo Calmon de Sá, ao retornar de Washington do encontro denominado "Research Corporation", que reuniu os principais banqueiros norte-americanos, o diretor do Federal Reserve, Paul Volcker, e congressistas responsáveis por comissões da área econômica. Calmon de Sá disse estar otimista no sentido de que o déficit do orçamento dos Estados Unidos seja rapidamente reduzido.

Calmon de Sá — que é membro do Conselho Monetário Nacional — enfatizou que este processo de capitalização de juros seria vantajoso para o Brasil, porque é um processo simples, bem parecido com o projeto dois apresentado pelo Brasil à comunidade financeira internacional. "No fundo — ressaltou o ex-ministro — o mecanismo existente de negociação de dinheiro novo não é novo coisa nenhuma, porque é dinheiro para pagar os juros aos próprios banqueiros". Acrescentou que dentro da proposta do Federal Reserve, paga-se o que se pode pagar, como o Brasil já vem fazendo, e o restante passa a ser rolado, ao invés de exigir negociações complexas.

Calmon de Sá enfatizou que Paul Volcker foi claro, afirmando que este processo iria beneficiar apenas os países que vêm acertando suas economias dentro do programa do FMI, o que atingiria o Brasil e o México e excluiria a Argentina. No entanto, ele acha que antes de qualquer decisão na área internacional, primeiro se terá de encontrar uma solução para o impasse existente com a Argentina, acreditando que a decisão para os argentinos irá influenciar as soluções para os demais países.

Diante da ponderação de que até agora somente a Argentina "engrossou" com o sistema financeiro internacional, não aceitando suas imposições, Calmon de Sá disse que "se eles (os banqueiros) não andarem depressa e nos oferecerem uma condição melhor de negociação, então vamos assistir todo mundo "engrossando" também.

Quanto à colocação de alguns banqueiros de que esta proposta de capitalização parcial dos juros iria prejudicar a normalização do mercado financeiro internacional, Calmon de Sá disse que este é o único argumento forte que existe contra a medida. Os bancos regionais americanos reclamam desse mecanismo. O risco é que na hora que eles tiverem de fazer as concessões que eles se dizem dispostos a fazer, vão dizer: eu acerto as contas com o Brasil, reduzo o spread, capitalizo os juros, contudo, o dinheiro para o Brasil acabou. Acho que este vai ser o ponto delicado. Em termos de mercado, quando um cliente fez uma composição de dívida, o banqueiro irá ficar pensando duas vezes para dar novo dinheiro para ele. Não podemos duvidar de que o mecanismo hoje em vigor é muito mais próximo do empréstimo voluntário do que o que se propõe. Entretanto, acho que o problema da Argentina terá uma influência decisiva de como nós vamos ser tratados".

Todas essas soluções, no entanto, Calmon de Sá acha que são válidas desde que a prime rate não volte a subir, porque de nada adiantaria baixar o "spread", de um lado, e as taxas de juros subirem, do outro. Caso isto ocorra, o ex-ministro está convencido de que os banqueiros terão de inventar um mecanismo para aliviar os devedores rapidamente. "Porque — ressaltou — se o processo ficar em cada negociação tirar um ponto percentual do "spread", isto pode funcionar apenas na medida em que os juros não subam".

Concluindo, Calmon de Sá disse que os congressistas presentes no encontro de Washington, presidentes de importantes comissões do Congresso dos Estados Unidos, disseram que querem encontrar uma solução para a redução do déficit americano "já", antes das eleições, o que normalizaria o mercado de juros, para tranquilidade dos países devedores.